

DIÁRIO DO GOVERNO



A correspondência oficial da capital e das províncias, franca de porte, nem como os periódicos que trocaram com o Diário, devem dirigir-se à Imprensa Nacional.
Anunciam-se todas as publicações literárias de que se receberam na mesma Imprensa dois exemplares com esse destino

Assinaturas por ano 18000
Ditas por semestre 10000
Número avulso, cada folha de quatro páginas 40
Em conformidade da carta de lei de 24 de Maio e regulamento de 9 de Agosto de 1902, cobrar-se hão 10 réis de selo por cada número publicado no Diário do Governo

A correspondência para a assinatura do Diário do Governo deve ser dirigida à Administração Geral da Imprensa Nacional. A que respeitar a publicação de anúncios será enviada à mesma Administração Geral, devendo em qualquer dos casos vir acompanhada da respectiva importância.

SUMÁRIO

MINISTÉRIO DO INTERIOR:

Rectificações a despachos pela Direcção Geral de Administração Política e Civil, sobre movimento de pessoal
Nova publicação, rectificada, do decreto de 1 de Maio, que uniu a denominação da paróquia de Santa Engrácia, da cidade de Lisboa, para a de Paróquia Civil de Monte Pedral.
Anúncio de concurso para provimento de escolas primárias.
Portaria de 5 de Agosto de 1911, confirmando a eleição da mesa e da comissão executiva do Conselho de Arte e Arqueologia da 3.ª Circunscrição Artística.
Despachos pela Direcção Geral da Instrução Secundária, Superior e Especial, sobre movimento de pessoal.
Despachos pela Direcção Geral da Assistência, sobre movimento de pessoal.
Portaria de 9 de Maio, autorizando a Misericórdia de Felgueiras a instalar um asilo num prédio que lhe foi legado para esse fim.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA:

Despachos sobre movimento de pessoal de registo civil.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS:

Despachos pela Direcção Geral das Contribuições e Impostos, sobre movimento de pessoal.
Arrematações (Folha n.º 57, apenas ao Diário de hoje):
Lista n.º 9:708.—No dia 30 de Junho, arrematações na Inspeção Distrital de Finanças do Funchal.—Bens do Convento da Encarnação do Funchal, situados no concelho de Ponta do Sul.
Lista n.º 9:709.—No dia 7 de Junho, arrematações na Inspeção Distrital de Finanças de Santarém.—Bens das Câmaras Municipais de Ferreira do Zêzere e Santarém, situados em várias freguesias dos concelhos de Ferreira do Zêzere e Santarém.
Lista n.º 9:710.—No dia 7 de Junho, arrematações na Inspeção Distrital de Finanças de Braga.—Bens pertencentes a várias corporações, situados no concelho de Cabeceiras de Bastos.
Lista n.º 32:090.—No dia 13 de Junho, arrematações na Inspeção Distrital de Finanças de Faro.—Foros pertencentes à Misericórdia de Loulé, impostos em prédios situados na freguesia de S. Sebastião de Loulé.
Lista n.º 32:091.—No dia 13 de Junho, arrematações na Inspeção Distrital de Finanças de Faro.—Foros da Misericórdia de Loulé, impostos em prédios situados no concelho de Loulé.
Lista n.º 32:092.—No dia 13 de Junho, arrematações na Inspeção Distrital de Finanças de Faro.—Foros das Misericórdias de Loulé e Lagos, impostos em prédios situados nos concelhos de Loulé e Lagos.

MINISTÉRIO DA GUERRA:

Lei de 6 de Maio, substituindo um artigo do Código do Processo Criminal relativo ao julgamento dos delitos comuns cometidos por militares.

MINISTÉRIO DA MARINHA:

Despachos pela Direcção Geral da Marinha, sobre movimento de pessoal.

MINISTÉRIO DO FOMENTO:

Alvará de 30 de Abril, concedendo a propriedade duma mina de ferro situada no concelho de Figueiro dos Vinhos.
Despachos pela Direcção Geral do Comércio e Indústria, sobre movimento de pessoal.
Despachos pela Direcção Geral da Agricultura, sobre movimento de pessoal.

MINISTÉRIO DAS COLÓNIAS:

Anúncio de concurso para provimento de lugares de agrimensor vagos no quadro da Direcção de Agrimensura da província de Moçambique.
Portaria de 8 de Maio, nomeando uma comissão para abrir as propostas apresentadas para o fornecimento de carris, travessas e acessórios para o caminho de ferro de Colungo Alto, e dar parecer sobre elas.

CONGRESSO:

Câmara dos Deputados, proposições de lei:
Sobre a organização do exército colonial.
Sobre a divisão do país em três circunscrições médico-forense.
Sobre a construção dum caminho de ferro de Quelimane ao Chire.
Sobre adidos extraordinários de legação.
Sobre a construção dum caminho de ferro de Pichal Novo a Aldeia Galega.
Sobre permissão à Câmara Municipal do Porto para contrair um empréstimo destinado à construção dum matadouro.

AVISOS E ANÚNCIOS OFICIAIS:

Comissão Administrativa do Município de Lisboa, edital sobre descanso semanal nas farmácias.
Junta do Crédito Público, anúncio sobre sorteio de títulos.
Juízo de direito da comarca de Figueiro dos Vinhos, editos para expropriações de terrenos.
Juízo de direito da comarca da Guarda, idem.
Juízo de direito da comarca de Porto de Mós, idem.

AVISOS E PUBLICAÇÕES.

ANÚNCIOS JUDICIAIS E OUTROS.

SUMÁRIO DOS APÊNDICES

N.º 150—Cotação dos fundos públicos nas Bólsas de Lisboa e Porto, em 7 de Maio.
N.º 151—Balancete do Banco de Portugal na semana finda em 23 de Abril.
N.º 152—Mapa das despesas das colónias realizadas na metrópole em Abril.

MINISTÉRIO DO INTERIOR

Direcção Geral de Administração Política e Civil

Para os efeitos convenientes se publica, devidamente rectificado, o seguinte despacho:

Maio 1

Camilo de Sena Oliveira, alferes de infantaria—nomeado, em comissão, para o cargo de administrador do concelho de Cabeceiras de Basto.

Secretaria do Ministério do Interior, em 8 de Maio de 1913.—O Director Geral, *Ricardo Pais Gomes*.

Para os efeitos convenientes se publica o seguinte decreto, devidamente rectificado:

Atendendo ao que representou a Junta de Paróquia da freguesia de Santa Engrácia da cidade de Lisboa, e conformando-me com a informação da respectiva Câmara Municipal, e parecer do Supremo Tribunal Administrativo: hei por bem, sob proposta do Ministro do Interior, decretar, nos termos do artigo 3.º, § 4.º, n.º 1.º do Código Administrativo de 4 de Maio de 1896, que a mesma paróquia passe a denominar-se: «Paróquia civil de Monte Pedral».

O Ministro do Interior assim o tenha entendido e faça executar. Paços do Governo da República, em 1 de Maio de 1913.—*Manuel de Arriaga—Rodrigo José Rodrigues*.

Direcção Geral da Instrução Primária

3.ª Repartição

Declara-se aberto concurso documental para o provimento das seguintes escolas:

1.ª Circunscrição escolar—Lisboa

Para o sexo masculino

Da sede do concelho de Silves, 3.º lugar.
Da freguesia da Serra, concelho de S. Tiago do Caçém.
Da freguesia do Pinheiro Grande, concelho da Chamusca.
Da freguesia de Cabeça Gorda, concelho de Beja.

Para o sexo feminino

Central de Tomar, um lugar.
Do lugar de Sobreiro, freguesia e concelho de Mafra.
Da freguesia de Muge, concelho de Salvaterra de Magos.
Da freguesia de Vera Cruz, concelho de Portel.

Mista

Do lugar da Silveira, freguesia de S. Pedro da Cadeira, concelho de Torres Vedras.
O prazo do concurso, nos termos do decreto de 7 de Janeiro de 1911, publicado no *Diário do Governo* n.º 6, começa na data da publicação do presente anúncio e termina quinze dias depois, às dezasseis horas.

Os requerimentos dos candidatos devem ser presentes ao inspector da respectiva circunscrição escolar, dentro do prazo do concurso, acompanhados dos documentos indicados no artigo 136.º do decreto regulamentar de 19 de Setembro de 1902.

Nos termos do artigo 29.º da lei de 29 de Março de 1911, não são admitidos candidatos do sexo feminino aos concursos das escolas do sexo masculino.

Direcção Geral da Instrução Primária, em 9 de Maio de 1913.—O Director Geral, interino, *João de Barros*.

Direcção Geral da Instrução Secundária, Superior e Especial

2.ª Repartição

Atendendo ao disposto no artigo 11.º do decreto de 26 de Maio último:

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Interior, que sejam confirmadas as eleições para constituição do Conselho de Arte e Arqueologia da 3.ª Circunscrição Artística, nos termos seguintes:

Mesa:

Presidente, João Marques da Silva Oliveira.
Vice-presidente, António Teixeira Lopes.
Secretário, José de Brito.
Vice-secretário, José Marques da Silva.

Comissão executiva:

João Marques da Silva Oliveira.
José Pereira Sampaio.
Joaquim de Vasconcelos.
António Teixeira Lopes.
José Marques da Silva.
José de Brito.
Paços do Governo da República, em 5 de Agosto de 1911.—O Ministro do Interior, *António José de Almeida*.
(Tem o visto do Conselho Superior da Administração Financeira do Estado, em 7 de Maio de 1913).

3.ª Repartição

Por decretos de 1 de Março do corrente visados hoje:
António Alves Fradique—nomeado amanuense efectivo do Liceu Central de Castelo Branco.
Romão José Soares—nomeado porteiro efectivo do mesmo liceu.
Alberto Pacheco da Cunha—nomeado contínuo do referido liceu.

(Estas nomeações são feitas nos termos do n.º 1.º do artigo 46.º da carta de lei de 9 de Setembro de 1908).

Por decreto de 19 de Abril findo, visado em 6 do corrente:

Humberto Augusto Felgueiras—nomeado professor do 2.º grupo do Liceu Nacional da Horta, de conformidade com o disposto no § 2.º do artigo 18.º do decreto de 24 de Dezembro de 1901 e § único do artigo 8.º da carta de lei de 28 de Maio de 1896.

Por portaria de 26 de Abril findo, visado em 2 do corrente:

Cláudio Ferreira—nomeado, interinamente, formador da Escola Portuense de Belas-Artes.

Por portaria de 23 de Abril findo, visada em 2 do corrente:

Eduardo Evangelista do Carvalho—nomeado segundo assistente provisório do 1.º grupo da 1.ª secção da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, sem prejuízo do serviço militar e com a cláusula de receber apenas os vencimentos correspondentes a esse lugar, não advindo para o Ministério do Interior qualquer encargo pelo soldo da sua patente.

Direcção Geral da Instrução Secundária, Superior e Especial, em 9 de Maio de 1913.—O Director Geral, interino, *J. M. de Queiroz Veloso*.

Direcção Geral de Assistência

1.ª Repartição

Para os devidos efeitos se publica o seguinte despacho:

Abril 30

Eduardo Augusto Schultz, cirurgião substituto do Banco do Hospital de S. José e Anexos—promovido ao lugar de cirurgião efectivo do referido Banco. (Tem o visto do Conselho Superior da Administração Financeira do Estado, de 7 do corrente mês).

Direcção Geral de Assistência, em 9 de Maio de 1913.—O Director Geral, *Augusto Barreto*.

Atendendo ao que representou a Misericórdia da Vila de Felgueiras;

Vistas as informações oficiais:

Manda o Governo da República Portuguesa que a referida Misericórdia seja autorizada a instalar um asilo de inválidos no prédio denominado Quinta de Fijó, que por disposição testamentária de D. Maria Isabel Teixeira de Vasconcelos lhe foi legado para aquele fim, ficando portanto dispensada a desamortização do aludido prédio e suas dependências.

Paços do Governo da República, em 9 de Maio de 1913.—O Ministro do Interior, *Rodrigo José Rodrigues*.

MINISTÉRIO DA MARINHA

Direcção Geral da Marinha

2.ª Repartição

Por despacho de 29 de Abril findo:
Piloto da barra do Porto e do porto artificial de Leixões, Cristiano Biltes de Sousa—concedida licença de trinta dias, a contar de 22 de Maio do corrente ano, para tratar de negócios de família. (Pagou 38610 réis de emolumentos e adicionais e 100 réis de selo).

Direcção Geral da Marinha, em 9 de Maio de 1913.—O Director Geral, *Manuel Lourenço Vasco de Carvalho*.